

# Mudança do Código Florestal 'anistiou' 41 milhões de hectares

Estudo calculou área desmatada que foi isenta de restauração após alteração da lei, que completa cinco anos

**Giovanna Girardi**

Em meio às discussões no Congresso sobre a redução das unidades de conservação no País, liberando mais áreas para exploração, um estudo mostra que o setor produtivo "ganhou" pelo menos 41 milhões de hectares de terras (o equivalente a 41 milhões campos de futebol) há cinco anos, quando foi modificada a principal lei que rege a proteção da natureza em áreas privadas, o Código Florestal.

Essa é a estimativa mais recente do tamanho da área que foi desmatada ilegalmente no passado, mas foi liberada da necessidade de restauração com a mudança da lei, segundo cálculos de pesquisadores do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflo) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), que serão divulgados hoje.

Estudo anterior feito por pesquisadores da Universidade Federal de Minas logo após aprovação da nova lei tinha sugerido que essa anistia poderia chegar a 29 milhões de hectares. A vantagem do novo trabalho é que ele conta com dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para compor a malha fundiária do País, melhorando a modelagem

## PARA LEMBRAR

### Restrições diminuíram

A Lei de Proteção da Vegetação Nativa, que alterou e substituiu o antigo Código Florestal, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 25 de maio de 2012, depois de pelo menos três anos de discussões no Congresso e muita polêmica, o que selou a divisão entre ambientalistas e ruralistas.

Entre os itens mais polêmicos, o texto criou mecanismos que perdoaram alguns desmatamentos ocorridos até julho de 2008. Com isso, essas áreas ficaram dispensadas da necessidade de recuperação. Todos os imóveis menores que 4 módulos fiscais, por exemplo, foram dispensados de recuperar reserva legal.

A lei também modificou o tamanho das Áreas de Preservação Permanente hídras, de acordo com o tamanho das propriedades, reduzindo sua proteção.

usada para medir o tamanho do passivo no Brasil, ou seja, quanto foi desmatado ilegalmente e precisa ser recuperado.

O CAR é um instrumento criado na nova lei, que estabelece que todos os proprietários de

terra têm de registrar seus imóveis, revelando quanto da área é ocupado pela produção e quanto é preservado em Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP), como nascentes e margens de rio.

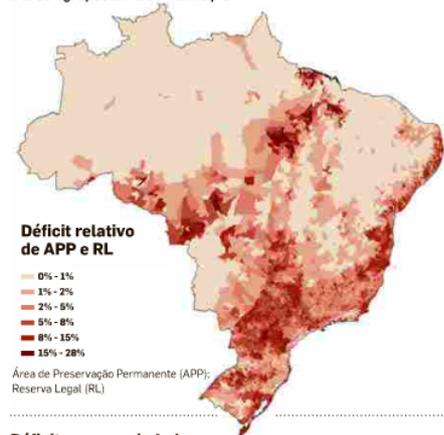
"Com as análises, percebemos que a anistia, ou seja, a consolidação de áreas que tinham sido desmatadas até 2008, foi muito maior. São 36,5 milhões de hectares (Mha) de reserva legal e 4,5 Mha de APP. Numa taca da só da revisão da lei, a agricultura ganhou 41 milhões de hectares que, de outro modo, deveriam ser florestas", afirma Luis Fernando Guedes Pinto, gerente de certificação agrícola do Imaflo e um dos autores. "É importante ter essa perspectiva no momento em que se discute redução de unidade de conservação", complementa.

**Passivo.** O estudo aponta que o déficit atual de vegetação nativa é de 19 milhões de ha, sendo 11 Mha de RL e 8 Mha de APP. Essas sim são áreas que agora precisam ser recuperadas. E inovava ao mostrar como se dá a destruição desse passivo ambiental entre as propriedades. Dos quase 2 milhões de imóveis que estão em desacordo com o que estabelece a nova lei, 82% são pequenas propriedades, com menos de quatro módulos fiscais (MFs), 12% são médias (entre 4 e 15 MFs) e 6% são grandes (mais de 15 MFs).

Mas, quando se olha o total da área que está em não conformidade com a lei (os 19 milhões de

## LEI DESCUMPRIDA

Estudo revela onde estão os passivos ambientais (áreas desmatadas além do permitido pelo Código Florestal) em relação à área agropecuária do município



## Déficit por propriedade



\*Das cerca de 1,9 milhão de propriedades que estão em desacordo com a exigência da lei  
\*\*Considerando a área total que está em desacordo com a lei (19 milhões de hectares)

FONTE: ATLAS AGRPECUÁRIO - IMAFLO/ESALQ INFOGRÁFICO/ESTADÃO

hectares), esse quadro se inverte: 59% está nas grandes propriedades, 35% nas médias e 6% nas pequenas. Essa análise é útil, defendem os autores, para direcionar as ações de regularização ambiental daqui para a frente.

"É uma enorme concentração da dívida em poucos imóveis grandes. Então é possível direcionar a estratégia de restauração, com monitoramento, para eles. Isso vai trazer um resultado rápido para a retomada dos servi-

## Ministro sugere que Temer veto redução de florestas

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, recomendou ontem à Presidência da República o veto às Medidas Provisórias 756 e 758, aprovadas no plenário do Senado na terça-feira, que reduzem a proteção de 597 mil hectares de áreas protegidas na Amazônia. As MPs afetam o Parque Nacional do Rio Novo e a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, desmembrando parte de sua área para a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim, no Pará.

Em nota oficial, o ministério defendeu o "veto aos contrabandos que desvirtuaram e extrapolaram" as duas medidas provisórias. "O texto aprovado descaracteriza o propósito original da MP 756, ao sinalizar contrariamente aos esforços do governo federal em conter o desmatamento na Amazônia", diz a nota. O ministério afirma que a Flona de Jamanxim "tem sido palco de frequentes conflitos fundiários, de atividades ilegais de extração de madeira e minérios, associadas à grilagem de terra e à ausência de regimento ambiental". "O texto aprovado prejudica a implementação das políticas de governo adequadas para enfrentar essas questões", diz o ministério.

ços ambientais e redução de emissões de gases de efeito estufa", diz Gerd Sparovek, da Esalq. Segundo os autores, a boa notícia é que a oferta de ativos, áreas em que está sobrando floresta, é cinco vezes maior que o déficit.

